



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

Concurso Público Edital 002/2015

Prova Objetiva e Discursiva – 18/10/2015



301 – Advogado

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 40 questões objetivas e 1 questão discursiva.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A questão discursiva deverá ser resolvida no caderno de provas e transcrita na folha de versão definitiva, que será distribuída pelo aplicador de prova no momento oportuno.
6. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
7. Ao receber o cartão-resposta e a folha de versão definitiva, examine-os e verifique se o nome impresso neles corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
8. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
9. A resposta da questão discursiva deve ser transcrita **NA ÍNTEGRA** para a folha de versão definitiva, com caneta preta.

Serão consideradas para correção apenas as respostas que constem na folha de versão definitiva.

10. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
11. São vedados o porte e/ou o uso de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, relógios com calculadoras, relógios digitais, telefones celulares, *tablets*, microcomputadores portáteis ou similares, devendo ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. São vedados também o porte e /ou uso de armas, óculos ou de quaisquer acessórios de chapelaria, tais como boné, chapéu, gorro ou protetores auriculares. Caso essas exigências sejam descumpridas, o candidato será excluído do concurso.
12. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta e para a folha de versão definitiva.
13. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, o cartão-resposta, a folha de versão definitiva e a ficha de identificação.
14. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

Língua Portuguesa

Raciocínio Lógico
Matemático

Conhecimento
Específico

Peça Processual

INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂.....

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto abaixo é referência para as questões 01 e 02.

O cafezinho e a pressão arterial

A cafeína presente no cafezinho nosso de todos os dias tem motivado estudos com diferentes resultados sobre a sua ação na pressão arterial das pessoas. Em recente número da *Revista Brasileira de Hipertensão*, Henrique T. Bianco e Mariza Thompson, da Unifesp, analisam a relação da cafeína com a pressão, em artigo de revisão. Concluem que a ingestão diária de duas ____ três xícaras de café parece razoável e segura, com efeitos neutros segundo ____ maioria dos trabalhos publicados. Ao considerar o consumo moderado de café como inócuo, os autores referem que sua associação com um aumento significativo da pressão arterial está relacionado apenas ____ pessoas sensíveis ____ cafeína, mas com efeitos desprezíveis no longo prazo em bebedores habituais de café. Os efeitos agudos do café são transitórios e sua ingestão regular desenvolve tolerância. A cafeína chega ____ circulação sanguínea através do trato digestivo, estimula o sistema nervoso central e aumenta ____ diurese. Bianco e Thompson destacam pesquisa de J. A. Greenberg, com cerca de 6.500 idosos, publicada no *American Journal of Cardiology*, sobre o “efeito protetor” da cafeína no coração de idosos com mais de 65 anos de idade que consumiam quatro ou mais doses de café ao dia. Essa ação protetora para o coração, entretanto, não foi observada em pacientes severamente hipertensos.

(UOL, outubro/2015)

01 - A partir do que foi exposto no texto, considere as seguintes afirmativas:

1. Para que a cafeína atue positivamente sobre o sistema nervoso central, é preciso que o consumo de café seja inócuo.
2. Bebedores habituais de café, a longo prazo, desenvolvem tolerância e deixam de sentir os efeitos benéficos da cafeína.
3. Os efeitos agudos do café sobre a pressão arterial são transitórios, a não ser para as pessoas sensíveis à cafeína.
4. Pacientes severamente hipertensos têm sua condição cardíaca piorada pela ingestão regular de cafeína.

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

02 - Quanto à ocorrência de crase, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, na ordem em que aparecem no texto.

- a) à – a – as – à – à – a.
- b) a – à – às – a – a – à.
- ▶ c) a – a – às – à – à – a.
- d) à – à – as – à – a – a.
- e) à – a – às – a – à – à.

O texto a seguir é referência para as questões 03 e 04.

Advogados de pessoa acusada de ter contas secretas na Suíça emitiram a seguinte declaração:

Sem que isso signifique admissão de qualquer irregularidade, é de se estranhar que informações protegidas por sigilo – garantido tanto constitucionalmente como também pelos próprios tratados de cooperação internacional – estejam sendo ostensivamente divulgadas pela imprensa, inclusive atingindo pessoas que sequer são objeto de qualquer investigação, sendo que a única autoridade com acesso a tais informações, segundo o que também se noticia, seria o Procurador Geral da República. (Folha de S. Paulo, 2015)

03 - Nesse texto os advogados:

- a) admitem a culpa do acusado.
- b) aprovam a atitude do Procurador Geral da República.
- c) culpam a imprensa pela divulgação das informações.
- ▶ d) colocam sob suspeição o Procurador Geral da República.
- e) rejeitam os tratados de cooperação internacional.

04 - No texto, as palavras “admissão”, “sigilo” e “ostensivo” são usadas com o sentido, respectivamente, de:

- a) contratação – confidência – imponente.
- b) aprovação – silêncio – ostentatório.
- c) ingresso – segurança – evidente.
- d) aceitação – lei – luxuoso.
- ▶ e) reconhecimento – segredo – expresso.

05 - O texto de uma matéria publicada na internet continha a seguinte passagem:

Quando perguntada sobre o jogador de futebol, a atriz desconversou, declarando sua admiração por ele, mas ponderando que eles estavam apenas saindo juntos e que ainda precisavam se conhecer melhor.

(Texto adaptado de uma matéria jornalística)

A informação pressuposta na sentença acima é a de que a atriz:

- a) não conhece o jogador.
- ▶ b) estaria de namoro com o jogador.
- c) admira o jogador.
- d) está saindo com o jogador.
- e) gosta de falar sobre ele.

06 - Considere o seguinte texto:

A namorada perguntou se ele achava que ela estava gorda e ele respondeu que sim. Um sincericídio!

A expressão *sincericídio*, usada neste contexto, significa que:

- a) o namoro corria o risco de terminar se ele não falasse a verdade.
- b) o namorado tinha a intenção de terminar o namoro.
- ▶ c) o namorado admitiu uma verdade, sabendo que ela se voltaria contra ele mesmo.
- d) a namorada queria acabar com o namoro.
- e) a namorada queria testar a sinceridade do namorado.

O texto a seguir é referência para as questões de 07 a 09.**Salve o Hino do Brasil**

Sou daqueles que se emocionam ao ouvir o Hino Nacional e canto sempre que o ouço, em solenidades ou em jogos de futebol. Ao ouvi-lo fora do Brasil então, às vezes até choro quando chega o “verás que um filho não foge à luta”. De alguns anos para cá virou lei em muitos Estados a obrigatoriedade da execução do Hino antes dos jogos de futebol, qualquer um. O resultado é desastroso. A maioria dos torcedores não presta a menor atenção, poucos cantam, a banalização virou esculhambação e a intenção de fazer por força de lei um momento de educação cívica virou apenas desrespeito. No mais das vezes o que se ouve é o coro da torcida do time anfitrião com seus cânticos de estímulo à equipe e o Hino vira pano de fundo, pano de chão. A torcida do Palmeiras passou a acompanhar a música entoando, no mesmo ritmo, o nome do clube. Que o Hino seja tocado antes de jogos da Seleção ou em circunstâncias especiais é aceitável. Em todos os jogos é mera vulgarização e o tiro saiu pela culatra. Quando se trata de jogos contra times estrangeiros comete-se a falta de educação de não se tocar o hino do país do clube visitante. A boa intenção do legislador lotou o inferno. Está na hora de uma lei federal estabelecer novos critérios e acabar com o desrespeito. Escreva para o deputado federal que ganhou o seu voto e ajude a salvar a dignidade do Hino do Brasil.

(Juca Kfourir, UOL, 04/10/2015)

07 - Conforme o texto, é correto afirmar que o autor:

- a) considera positiva a iniciativa de tornar obrigatória a execução do Hino Nacional antes dos jogos, desde que as torcidas sejam obrigadas a cantar junto.
- b) se emociona em certas ocasiões em que o Hino Nacional é executado fora do Brasil, mas considera banal e não presta a menor atenção quando ele é tocado antes de cada partida de futebol no Brasil.
- c) considera positiva a iniciativa da torcida do Palmeiras, que acompanha a execução do Hino Nacional entoando o nome do clube, o que faz com que os torcedores aprendam essa música.
- ▶ d) acredita que a obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional antes de todos os jogos fez com que os torcedores não dessem mais importância a ele.
- e) considera falta de educação que se toque o hino do país do clube visitante, em jogos contra times estrangeiros.

08 - O autor conclui pedindo ao leitor que escreva para o seu deputado federal para ajudar a salvar a dignidade do Hino do Brasil. A partir do que foi exposto no texto, podemos dizer que ele espera que o deputado legisle no sentido de:

- a) estabelecer critérios federais que definam as condições de execução do Hino Nacional nos estádios de futebol de todo o País, se somando às leis estaduais atualmente existentes.
- b) promover a educação cívica, fazendo com que a torcida preste atenção e cante o Hino Nacional no momento em que ele for executado nas partidas de futebol.
- c) punir os torcedores desrespeitosos que ficam cantando o hino do próprio time no momento da execução do Hino Nacional.
- d) fazer com que os hinos das equipes visitantes também sejam executados em jogos contra times de outros países.
- ▶ e) fazer com que o Hino Nacional só seja executado antes de jogos da seleção ou em ocasiões especiais.

09 - Do modo como são usados no texto os termos *banalização*, *esculhambação* e *vulgarização*, é correto dizer que:

- ▶ a) banalização e vulgarização têm o mesmo sentido e são usados como sinônimos.
- b) banalização e esculhambação têm sentidos opostos e são usados como antônimos.
- c) esculhambação e vulgarização têm o mesmo sentido, sendo, portanto, sinônimos.
- d) a banalização é uma consequência da esculhambação.
- e) a causa da vulgarização é a esculhambação.

10 - Considere o seguinte texto:

Demora para exames e consultas médicas ou procedimentos cirúrgicos não são exclusividade da saúde pública no Brasil. Usuários de planos de saúde vivem dilemas parecidos. Em alguns casos, os planos negam-se a cobrir determinados procedimentos – o que leva o indivíduo a buscar nos tribunais o direito ao atendimento.

(Gazeta do Povo, setembro de 2015.)

A relação lógica entre o fato de os planos de saúde não cobrirem determinados procedimentos e o indivíduo buscar nos tribunais o direito ao atendimento é uma relação de:

- a) contradição.
- ▶ b) causalidade.
- c) finalidade.
- d) confirmação.
- e) redundância.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11 - Qual é o próximo termo da sequência numérica 3, 8, 5, 10, 7, 12, ___?

- a) 8.
- ▶ b) 9.
- c) 10.
- d) 11.
- e) 12.

12 - Uma pesquisa realizada por uma empresa de recrutamento revelou que 46% dos candidatos a emprego exageraram nas informações em relação a suas habilidades com o uso de computadores. Também foi constatado nessa pesquisa que 35% das pessoas que cometem esse exagero declararam ter conhecimento da língua inglesa superior ao que realmente possuem. Com base nessa informação, qual é o percentual de pessoas nessa pesquisa que exageraram sobre sua habilidade com o uso de computadores e declararam ter conhecimento da língua inglesa superior ao que realmente possuem?

- a) 7,29%.
- b) 11%.
- c) 13,3%.
- d) 15%.
- ▶ e) 16,1%.

13 - Admita que as seguintes proposições são verdadeiras:

- Se eu der dinheiro para o Juquinha, ele vai comprar muitos doces.
- Se Juquinha comprar muitos doces, ele não comerá todos.
- Se Juquinha não comer todos os doces, então ele me dará alguns.
- Juquinha não me deu doces.

A partir das premissas, é correto inferir que:

- a) Juquinha não comeu todos os doces.
- b) Juquinha comprou muitos doces.
- c) Juquinha não consegue comer muitos doces.
- ▶ d) Não dei dinheiro para Juquinha.
- e) Não comprei doces para Juquinha.

14 - Um artesão colocou um cubo grande de isopor sobre uma mesa e pintou de verde todas as faces, exceto uma, sobre a qual o cubo grande se apoiava. A seguir ele observou que esse cubo tinha exatamente 20 cm de aresta e decidiu cortá-lo em cubinhos menores, de aresta 5 cm. Nessas condições, considere as seguintes afirmativas:

1. Apenas oito cubinhos não terão nenhuma face pintada.
2. Vinte e oito cubinhos terão apenas uma das faces pintadas.
3. Vinte cubinhos terão exatamente duas faces pintadas.
4. Apenas quatro cubinhos terão exatamente três faces pintadas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ e) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

15 - Admitindo como verdadeira a proposição “Todas as pessoas com renda familiar inferior a um salário mínimo têm direito a ajuda do estado”, é correto inferir que:

- a) nenhuma pessoa com renda superior a um salário mínimo tem direito a ajuda do estado.
- b) algumas pessoas com renda inferior a um salário mínimo não têm direito a ajuda do estado.
- c) nenhuma pessoa com renda inferior a um salário mínimo tem direito a ajuda do estado.
- ▶ d) algumas pessoas com renda inferior a um salário mínimo têm direito a ajuda do estado.
- e) algumas pessoas com renda superior a um salário mínimo não têm direito a ajuda do estado.

16 - Admita que as seguintes proposições são verdadeiras:

- Alguns gatos são animais extraordinários.
- Todos os animais extraordinários estão em extinção.

A partir dessas premissas, é correto inferir que:

- ▶ a) existem gatos em extinção.
- b) há gatos que não são extraordinários.
- c) todos os animais em extinção são extraordinários.
- d) há animais extraordinários que não são gatos.
- e) existem animais em extinção que não são gatos.

17 - Sabendo que eu tenho 120 reais a mais que você e que você tem 30 reais a menos que ele, considere as seguintes afirmativas:

1. Nós três juntos temos pelo menos 150 reais.
2. Se você tiver 30 reais, então eu tenho 150 reais.
3. Se ele tiver 50 reais, então eu tenho mais de 150 reais.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- ▶ b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

18 - Qual é o valor de $x + y$, sabendo que x e y fazem parte da sequência de números abaixo?

1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, x , 34, 55, y , 144, 233, 377,...

- a) 100.
- ▶ b) 110.
- c) 120.
- d) 130.
- e) 140.

19 - Denotando por $\sim p$ a negação da proposição p , qual é a negação lógica da proposição lógica $p \rightarrow q$?

- a) $p \vee \sim q$.
- ▶ b) $p \wedge \sim q$.
- c) $\sim p \vee q$.
- d) $p \wedge q$.
- e) $\sim p \wedge q$.

20 - Qual das proposições abaixo NÃO é uma tautologia?

- a) $(p \rightarrow q) \wedge \sim q \Rightarrow \sim p$.
- b) $(p \vee q) \wedge \sim p \Rightarrow q$.
- c) $(p \rightarrow q) \wedge p \Rightarrow q$.
- d) $p \Rightarrow p \vee q$.
- ▶ e) $p \vee q \Rightarrow q$.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

21 - Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Poder Legislativo e Tribunal de Contas, é correto afirmar:

- a) Os Tribunais de Contas Municipais criados até o advento da Emenda Constitucional 15 de 1996 não violam a Constituição da República.
- b) Os Tribunais de Contas julgarão as contas do Prefeito Municipal, sendo facultada à Câmara Municipal a apreciação do julgamento, podendo rejeitá-lo por dois terços dos vereadores presentes à sessão designada.
- ▶ c) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- d) No âmbito municipal, os Tribunais de Contas julgarão, conjuntamente, as contas do Prefeito e da Câmara Municipal, além das contas dos órgãos, autarquias e fundações do respectivo ente federativo.
- e) Os Tribunais de Contas julgarão as contas anuais do Prefeito Municipal, com subseqüente aquiescência da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

22 - Sobre a execução dos contratos administrativos, é correto afirmar:

- a) No decorrer da execução do contrato, é defesa a subcontratação de parte da obra, serviço ou fornecimento, sob pena de rescisão do contrato e responsabilização do contratado.
- ▶ b) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.
- c) A responsabilidade pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato é do contratado, inexistindo responsabilidade da Administração Pública, em razão do risco inerente ao negócio.
- d) Diante da existência do princípio da continuidade do serviço público, é vedada a suspensão da execução do contrato pelo contratado pelo atraso dos pagamentos devidos pela Administração Pública, conforme a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).
- e) A Administração Pública é solidariamente responsável pela inadimplência do contratado, sobretudo em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, e a falta à obrigação da Administração acarretará a oneração do contrato ou a suspensão da prestação do objeto pelo contratado.

23 - É verdade que existe autonomia legislativa para o Município legislar sobre seus servidores públicos. Deve-se, porém, observar a Constituição da República. Sendo assim, no tocante às normas constitucionais sobre servidores públicos, é correto afirmar:

- a) A associação sindical do servidor público civil poderá ser limitada por lei municipal, cuja iniciativa será exclusiva do Prefeito Municipal.
- b) As hipóteses de acumulação lícita remunerada de cargos públicos, previstas na Constituição da República, poderão ser elásticas ou restringidas pelo Município, fixando-as em lei orgânica municipal.
- c) A equiparação ou vinculação da remuneração de espécies remuneratórias, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, será autorizada por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- ▶ d) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica.
- e) O direito de greve não será limitado ou tolhido, por lei ou por ato normativo, sob pena de violação à Constituição da República.

24 - Sobre a responsabilidade dos servidores públicos prevista no Estatuto dos Servidores Públicos de Almirante Tamandaré (Lei Complementar Municipal 19/2011), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal em virtude de desfalque, omissão ou remissão.
- b) Em se tratando de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão judicial que houver condenado a Fazenda ao ressarcimento dos prejuízos.
- c) São competentes para a aplicação das penalidades o Chefe do Poder Executivo, o Presidente da Câmara e o dirigente superior de autarquia e fundações públicas municipais, em qualquer caso e, privativamente, nos casos de suspensão, demissão ou de cassação de aposentadoria e disponibilidade.
- d) A responsabilidade administrativa não exime o servidor da sanção de natureza civil ou criminal que no caso couber.
- ▶ e) É permitida a delegação de competência para a aplicação de pena disciplinar.

25 - Acerca da improbidade administrativa, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público é desprovido de legitimidade *ad causam* para a propositura de Ação Civil Pública objetivando o ressarcimento de danos ao erário, decorrentes de atos de improbidade, cabendo a propositura ao representante da Fazenda Pública.
- ▶ b) A ausência da notificação do réu para a defesa prévia só acarreta nulidade processual se houver comprovado prejuízo (*pas de nullité sans grief*).
- c) A mera presença de indícios de cometimento de atos ímprobos, sem conjunto probatório robusto, desautoriza o recebimento da petição inicial, devendo prevalecer, no juízo preliminar, o princípio do *in dubio pro reo*, com conseqüente arquivamento liminar.
- d) É aceita pela jurisprudência a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, ainda que sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- e) No caso de agentes políticos reeleitos, o termo inicial do prazo prescricional nas ações de improbidade administrativa deve ser contado a partir do término do mandato em que ocorreu o suposto ato ímprobo.

26 - Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência municipal, e à Lei Complementar 116/2003, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) O imposto não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- b) Contribuinte é o prestador do serviço, sendo vedado ao Município atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceiro.
- c) As alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são de 12%.
- d) A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, excluindo-se as despesas arcadas pelo contribuinte na sua prestação.
- e) O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local da sua prestação.

27 - Sobre os convênios entre União e Municípios, considere as seguintes afirmativas:

1. **É vedada a celebração de convênios com órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta dos Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).**
2. **É lícito o consórcio entre os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta dos Municípios para fins de alcance do limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).**
3. **A contrapartida do conveniente poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

28 - Sobre as leis orçamentárias municipais, assinale a alternativa correta.

- a) A lei de diretrizes orçamentárias não é exigida em municípios com menos de 200 mil habitantes.
- b) O plano plurianual vige até o final do mandato do Prefeito Municipal.
- ▶ c) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- d) É vedada a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários, salvo obrigações com políticas públicas de saúde e educação.
- e) A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa é proibida em qualquer de suas formas.

29 - O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) detém um papel importante no funcionamento das finanças locais. Devido à crise econômica, municípios serão afetados se os repasses se reduzirem. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Parte do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre operações financeiras será entregue ao FPM.
- b) Os critérios de rateio do FPM serão definidos por lei ordinária.
- c) O Tribunal de Contas da União poderá, ainda que na metade do exercício financeiro, alterar os coeficientes vigentes de participação do FPM, segundo o Supremo Tribunal Federal.
- ▶ d) O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes ao FPM.
- e) As normas do FPM devem visar à promoção do equilíbrio socioeconômico entre municípios, excluindo municípios abastados do rol de beneficiários das transferências.

30 - Sobre a Responsabilidade Fiscal, prevista na Lei Complementar 101/2000, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) A instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do município constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.
- b) É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não arrecade todos os tributos de sua competência.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a renúncia de receita, a fim de evitar desequilíbrio orçamentário.
- d) As disponibilidades de caixa do município devem ser depositadas, preferencialmente, em instituições financeiras privadas, escolhidas após processo licitatório fiscalizado pelo Banco Central do Brasil.
- e) A aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público poderá ser utilizada para o financiamento de despesa corrente.

31 - Com base no entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho acerca da ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- b) Mesmo diante de dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível protraí o termo inicial do prazo decadencial.
- c) Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal é inexigível, mesmo quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia.
- d) O termo de conciliação (parágrafo único do art. 831 da CLT) é impugnável por ação anulatória ou ação rescisória.
- e) Nas ações rescisórias, não se admite pedido liminar visando suspender a execução da decisão rescindenda.

32 - Sobre os recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso adesivo é incompatível com o processo do trabalho.
- ▶ b) O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário transfere ao Tribunal a apreciação dos fundamentos da inicial ou da defesa, não examinados pela sentença, ainda que não renovados em contrarrazões.
- c) A antecipação da tutela concedida na sentença é irrecorrível e comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- d) É desnecessário dar oportunidade de manifestação prévia à parte contrária antes de ser proferida a decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo.
- e) O recurso de revista, dotado de efeito devolutivo e suspensivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.

33 - Sobre as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho acerca do trabalho noturno, assinale a alternativa correta.

- a) O trabalho noturno sempre terá remuneração superior à do trabalho diurno.
- b) A remuneração do trabalho noturno terá um acréscimo máximo de 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna.
- c) Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.
- d) Não se aplicam as regras do trabalho noturno aos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos.
- ▶ e) A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

34 - Sobre o direito a férias, conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.
- b) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias.
- c) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.
- ▶ d) Como regra, a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
- e) As férias serão concedidas por ato do empregador, como regra, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

35 - Sobre a herança jacente no direito das sucessões, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Diz-se jacente a herança de quem falece sem deixar testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido.
- () Praticadas as diligências de arrecadação e ultimado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorrido um ano de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, ou penda habilitação, será a herança declarada vacante.
- () Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, ela será desde logo transferida à Fazenda Pública.
- () A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem, mas, decorridos dois anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – F – V.
- ▶ c) V – V – F – F.
- d) F – F – V – V.
- e) F – V – V – F.

36 - Sobre os defeitos do negócio jurídico, conforme dispostos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) São nulos os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- ▶ b) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- c) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio mesmo quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- d) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens, sendo vedado seu reconhecimento quando tal temor disser respeito à pessoa não pertencente à família do paciente.
- e) Configura-se o estado de perigo quando alguém, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

37 - Com relação às disposições do Código Civil acerca do Direito de Empresa, assinale a alternativa INCORRETA.

- ▶ a) Considera-se empresário todo aquele que exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- d) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- e) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

38 - Sobre Fazenda Pública em juízo no direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os prazos da Fazenda Pública para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos serão contados em dobro.
- b) Os Estados e Municípios somente serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores.
- ▶ c) Não será cabível medida liminar contra a Fazenda Pública que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.
- d) Os efeitos da medida liminar concedida em mandado de segurança, salvo se revogada ou cassada, persistirão até o trânsito em julgado da sentença.
- e) A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei, configura título executivo judicial.

39 - Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso somente pode ser interposto pela parte vencida e pelo Ministério Público, seja este último na condição de parte ou de fiscal da lei.
- b) O recurso adesivo é admissível na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- c) A interposição de recurso de agravo por instrumento só é admissível quando se tratar de decisão interlocutória de juiz de primeiro grau de jurisdição suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.
- ▶ d) No recurso de apelação, ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda não decididas.
- e) No julgamento de apelação ou de agravo, a decisão será tomada pelo tribunal, na câmara ou turma, pelo voto de 5 (cinco) juízes.

40 - Sobre a execução no processo civil, considere as afirmativas abaixo:

1. A execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível, consubstanciada em título executivo.
2. O credor não poderá iniciar a execução, ou nela prosseguir, se o devedor cumprir a obrigação.
3. O credor poderá recusar o recebimento da prestação estabelecida no título executivo se ela não corresponder ao direito ou à obrigação, caso em que requererá ao juiz a execução, ressalvado ao devedor o direito de embargá-la.
4. É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

PEÇA PROCESSUAL

Laura e Cláudio – genitores de Gabriel, menor nascido em 26/12/2008 – entraram em contato com a escola municipal de Almirante Tamandaré para solicitar a matrícula de seu filho na pré-escola. Apesar de existirem vagas, em 05/01/2015, receberam a resposta negativa por escrito do diretor da escola.

Em 10/05/2015, Laura, Cláudio e Gabriel (este último representado pelos genitores) impetraram Mandado de Segurança em face do Município de Almirante Tamandaré, anexando a negativa do diretor e requerendo a matrícula imediata de Gabriel na pré-escola, inclusive com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Pleitearam, ainda, a condenação ao pagamento das custas e honorários de sucumbência.

A medida liminar foi indeferida pelo juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba. O diretor da escola manifestou-se no prazo legal. O Município foi intimado em 25/05/2015 (segunda-feira), com a juntada do mandado aos autos em 26/05/2015 (terça-feira).

Partindo do pressuposto de que os fatos ocorreram da forma como narrados, na condição de advogado do Município de Almirante Tamandaré, para quem o caso foi distribuído, elabore a peça judicial adequada para defender o Município da melhor forma possível. Indique, como data de sua manifestação, o último dia do prazo para a apresentação da defesa.

RASCUNHO

RASCUNHO